

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N ° 309

Período: 11/10/2008 a 17/10/2008

GEDES –Brasil

- 1- Ministro da Justiça aprova condenação de coronel reformado
- 2- Brasil cria Decreto 6.592 regulamentando o que pode ser considerado agressão aos interesses do Brasil
- 3- Deputado solicita mais transparência sobre a utilização de aviões da Força Aérea Brasileira
- 4- Brasil apóia decisão do Conselho de Segurança de manter missão de paz no Haiti
- 5- Venda de aviões Supertucanos brasileiros ao Equador é paralisada

1- Ministro da Justiça aprova condenação de coronel reformado

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Justiça, Tarso Genro, classificou como histórica a decisão da Justiça de São Paulo, que determinou a responsabilidade do coronel reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, em crimes de tortura cometidos durante a ditadura militar no Brasil. Para Genro, se a decisão for confirmada em instâncias superiores, influenciará na decisão de futuros casos contra crimes cometidos durante a ditadura, pois “vai assentar no mundo jurídico o fato de que aquelas pessoas que entraram com a petição na Justiça fundamentaram seu pedido, apresentaram provas, foram torturadas pelo Estado, através de uma pessoa”. Para o advogado do coronel, Paulo Esteves, a decisão não irá interferir em outros casos, uma vez que é uma ação individual. O advogado também lembrou que Brilhante Ustra nega a participação em torturas e aguarda a decisão de outras instâncias da justiça para se pronunciar. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/10/08).

2- Brasil cria Decreto 6.592 regulamentando o que pode ser considerado agressão aos interesses do Brasil

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro criou um Decreto que determina graus de advertência para quem ameaçar ou cometer atos lesivos à soberania nacional, à integridade nacional ou ao povo brasileiro, mesmo que não signifique necessariamente a invasão do território brasileiro. O Decreto 6.592 regulamenta o Sistema Nacional de Mobilização e especifica o que pode ser considerado uma agressão estrangeira ao Brasil ou aos interesses do país. O texto foi redigido pelo Ministério da Defesa, comandado pelo ministro Nelson Jobim. Para os militares, o documento tem o intuito de ser mais um instrumento de dissuasão, servindo de alerta aos países vizinhos. Este alerta pode estar vinculado, por exemplo, à países como o Paraguai – que ameaça brasileiros de expulsão e expropriação, principalmente os produtores rurais instalados na região de fronteira, além de reivindicar mudanças no tratado da usina de Itaipu – e a Bolívia – uma vez que o país governando pelo Presidente Evo Morales já usou

soldados para ocupar uma instalação da empresa brasileira Petrobrás localizada em seu país. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/10/08).

3- Deputado solicita mais transparência sobre a utilização de aviões da Força Aérea Brasileira por parte dos Ministros de Estado

De acordo com o *Jornal do Brasil*, a 1ª Seção do Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido do Deputado Federal Gustavo Fruet, que solicitava o fim do caráter confidencial sobre viagens de ministros em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). O relator, ministro Mauro Campbell Marques, afirmou que o deputado não conseguiu demonstrar que solicitou ao Ministério da Defesa a supressão da classificação de confidencial das informações requeridas, ao contrário, precipitou-se em propor um mandado de segurança solicitando que o Poder Judiciário retirasse o caráter confidencial das viagens. Na visão de Marques, o deputado não observou os requisitos necessários para propor a ação mandamental, já que não houve recusa do ministério em atender o seu pedido, pois o deputado reclamou ao ministro da Defesa informações sobre viagens de ministros de Estado em aviões da FAB e tais informações lhe foram prestadas por meio de ofício. (Jornal do Brasil – País – 14/10/08).

4- Brasil apóia decisão do Conselho de Segurança de manter missão de paz no Haiti

Segundo noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) prorrogou por mais um ano a manutenção da missão de paz no Haiti, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), por votação unânime. O contingente de 7060 militares e 2091 policiais, portanto, permanecerão no país. O presidente do Haiti, René Préval havia pedido que o texto aprovado pelo CSNU não contivesse citações sobre o capítulo sete da Carta das Nações Unidas, o qual prevê o uso da força para impor a paz, alegando que a remoção da referência a tal capítulo poderia atrair mais investimentos ao país. Apesar disso, a citação não foi retirada, pois o CSNU argumentou que a situação instável do Haiti continua a ser uma ameaça à paz mundial e à segurança de toda a região. A representação do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) não comentou o pedido de alteração feito por Préval, mas os militares brasileiros que já comandaram a MINUSTAH afirmaram-se contra essa alteração, dizendo que o capítulo sete garante liberdade para o uso da força na proteção dos cidadãos e de outras necessidades. Carlos Alberto dos Santos Cruz, general brasileiro há 2 anos no comando das tropas, disse que a decisão do CSNU busca evitar um retrocesso no país, mantendo os avanços já conquistados. (Folha de S. Paulo – Mundo – 15/10/08).

5- Venda de aviões Supertucanos brasileiros ao Equador é paralisada

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, devido o mal estar nas atuais relações diplomáticas entre Brasil e Equador, em função do governo deste país ter expulsado a construtora brasileira Norberto Odebrecht do Equador e ainda ter se

indisposto com outras duas empresas brasileiras, Petrobrás e Furnas, o governo brasileiro paralisou as negociações de venda de 24 aviões turboélices Supertucanos, de ataque leve, fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). A opção pelos Supertucanos ocorreu em abril de 2008 pelo presidente equatoriano Rafael Correa, e faz parte de um plano de modernização das Forças Armadas equatorianas. Serão também utilizados para a vigilância da fronteira com a Colômbia. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/10/08).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo integral de O Estado de S. Paulo não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).